



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 60

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1957

## SENADO FEDERAL

### Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).  
Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.  
1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.  
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.  
3.º Secretário — Senador Vitorino Freire.  
4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.  
1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.  
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

### Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.  
Lima Teixeira.  
Freitas Cavalcanti.  
Vitorino Freire.  
Kerginaldo Cavalcanti.  
Mourão Vieira.  
Prisco dos Santos.  
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

### Comissões Permanentes

#### Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.  
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente.  
Gilberto Mariano.  
Benedicto Valladares.  
Gaspar Velloso.  
Ruy Carneiro.  
Lourival Fontes.  
Lima Guimarães.  
Daniel Krieger.  
Atílio Vivacqua.  
Lineu Prestes.  
Secretário — Alcécio dos Santos Andrade.  
Reuniões — Terças-feiras, às 16 hs.

#### Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.  
Fernando Távora — Vice-Presidente.  
Alô Guimarães.  
Carlos Lindenberg.  
Gomes de Oliveira.  
Alencastro Guimarães.  
Julio Leite (1).  
1) Substituído temporariamente pelo Sr. João Mendes.  
Reuniões: quartas-feiras, às dezesseis horas.  
Secretário — Renato de Almeida Chermont.

### Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.  
Ezechias da Rocha — Vice-Presidente.

Nelson Firmo.  
Gilberto Marinho.  
Mourão Vieira.  
Reginaldo Fernandes.  
Mem de Sá.  
Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.  
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.  
Lameira Bittencourt.  
Ary Vianna.  
Onofre Gomes.  
Paulo Fernandes.  
Carlos Lindenberg.  
João Mendes.  
Lima Guimarães.  
Fausto Cabral.  
Daniel Krieger.  
Juracy Magalhães.  
Othon Mäder.  
Julio Leite.  
Lino de Mattos.  
Novaes Filho.  
Domingos Velasco.

Suplentes:  
Mendonça Clark.  
Mourão Vieira.  
Otacilio Jurema.  
Atílio Vivacqua.  
Lineu Prestes.  
Mem de Sá.  
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nunes.  
2) Substituído temporariamente pelo Sr. Costa Paranhos.  
Secretário — Renato Chermont.  
Reuniões às sextas-feiras, às 10,30 horas.

### Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.  
2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.  
3 — Argemiro de Figueiredo.  
4 — Saulo Ramos. (\*)  
5 — Sebastião Archer.  
(\*) Substituído, inteiramente, pelo Sr. Rodrigo Lopo.  
Secretária — Cecília de Rezende Martins.  
Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

### Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino. — Presidente.  
João Villasbôas. — Vice-Presidente.  
Lourival Fontes.  
Bernardes Filho.  
Gilberto Marinho.  
Auro Moura Andrade.  
Gomes de Oliveira.  
Ruy Palmeira.  
Secretário: J. B. Castejon Branco.  
Reuniões: — Quarta-Feiras às 16 horas.

### Comissão de Saúde Pública

1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.  
2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.  
3 — Ludovico.  
4 — Ezechias da Rocha.  
5 — Vivaldo Lima.  
Secretária — Diva Gallotti.  
Reuniões: — Quintas-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.  
Mendonça Clark.  
Otacilio Jurema.  
Sylvio Curvo.  
Domingos Velasco.  
Fausto Cabral.  
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 hs.

### Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes. — Presidente.  
Caetano de Castro. — Vice-Presidente.  
Alencastro Guimarães.  
Maynard Gomes.  
Francisco Gallotti.  
Sá Tinoco.  
Sylvio Curvo.  
Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.  
Secretária: Romilda Duarte.

### Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.  
Gilberto Marinho. — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Sá Tinoco.  
Caetano de Castro.  
João Mendes.

Mem de Sá.  
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões. — Quintas-Feiras, às 16 horas.

### Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.  
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.  
3 — Francisco Gallotti.  
4 — Nelson Firmo.  
5 — Coimbra Bueno.  
Secretária: Ily Rodrigues Alves.  
Reuniões: Quarta-Feiras, às 15 horas.

### Comissões Especiais de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.  
Georgino Avelino — Vice-Presidente.  
Atílio Vivacqua — Relator.  
Filinto Müller.  
Secretário — José da Silva Lisboa.  
Reuniões — Quinta-feiras.

### Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.  
Domingos Velasco — Vice-Presidente.  
Mendonça Clark — Relator.  
Parsifal Barroso.  
Coimbra Bueno.  
Ezechias da Rocha.  
Secretário — Francisco Soares Arruda.  
Reuniões — Sextas-feiras, às 15 horas.

### Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasbôas — Presidente.  
Mem de Sá — Vice-Presidente.  
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.  
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.  
Paulo Fernandes.  
Francisco Arruda — Secretário.

**De Mudança da Capital**

Coimbra Bueno — Presidente  
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente  
 Attilio Vivacqua — Relator  
 Alberto Pasqualini  
 Lino de Mattos  
 Secretário — Sebastião Veiga  
 Reuniões — Quintas-feira.

**Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.**

Attilio Vivacqua — Presidente  
 Lima Guimarães — Vice-Presidente  
 Gilberto Marinho.  
 Gaspar Velloso  
 Ruy Carneiro  
 Saulo Ramos  
 Lourival Fontes  
 Caiado de Castro  
 Argemiro Figueiredo  
 Daniel Krieger  
 Mem de Sá  
 Alvaro Adolpho  
 Alo Guimarães  
 João Villasboas  
 Lino de Mattos  
 Sá Tinoco  
 Reuniões as .....-feiras às ..... horas.

Secretário — J. B. Castejon Branco

**Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.**

**Senadores**

L'ima Teixeira — Presidente  
 Ruy Carneiro  
 Filinto Müller  
 Francisco Gallotti  
 Saulo Ramos  
 Argemiro de Figueiredo  
 Othon Mader  
 Kerginaldo Cavalcanti  
 Júlio Leite.

**Deputados**

Fernani Sátiro — Vice-Presidente  
 Aarão Steinbruch — Relator Geral  
 Tarso Dutra  
 Jefferson Aguiar  
 Cunha Mello — Presidente  
 Moura Fernandes  
 Lucurgo Leite  
 Silvio Sanson  
 Lourival de Almeida  
 Raimundo Brito.

**Ata das Comissões****Comissão de Segurança Nacional**

**(1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1957)**

As 16 horas do dia 25 de abril de 1957, na sala das comissões, sob a presidência do Senhor Onofre Gomes, presentes os Senhores Caiado de Castro, Francisco Gallotti, Sylvio Curvo e Alencastro Guimarães, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional. Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Sá Tinoco e Maynard Gomes.

E' lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Alencastro Guimarães, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara número 46, de 1956, que estende os benefícios da Lei número 1.782, de 21 de dezembro de 1952, aos subtenentes e sargentos que, nessas graduações, participaram da Campanha da Itália com a F. E. E. e se encontram na-

**EXPEDIENTE****DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
 Ano ..... Cr\$ 96,60

**Exterior**

Ano ..... Cr\$ 136,00

**FUNCIONÁRIOS****Capital e Interior**

Semestre ..... Cr\$ 79,00  
 Ano ..... Cr\$ 76,00

**Exterior**

Ano ..... Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Militados com o curso de comandante de pelotão seção ou equivalente, e dá outras providências.

Após breves debates é aprovado pela Comissão o parecer do relator.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião lavrando eu Romilda Duarte, Secretária da Comissão a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**ATA DA 37.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 15 DE MAIO DE 1957**

**PRESIDENCIA DO SR. APOLONIO SALLES**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira.  
 — Cunha Mello. — Sebastião Archer.  
 — Victorino Freire. — Arêa Leão.  
 — João Mamede. — Sândone Clark.  
 — Onofre Gomes. — Fernandes Távor. — Kerginaldo Cavalcanti.  
 — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — João Arruda. — Argemiro de Figueiredo.  
 — Apolônio Salles. — Novais Filho.  
 — Nelson Firmo. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Sá Tinoco. — Luterbach Nunes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Costa Paranhos. — Pedro Ludovico. — Sylvio Curvo. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Othon Mader. — Alo Guimarães. — Gaspar Velloso. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Rodrigo Lobo. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — Lameira Bitencourt. — (50).

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Senhores Senadores. Havendo número legal; está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 4.º Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Senhor 2.º Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte

**Expediente****Pareceres ns. 321 e 322, de 1957**

N.º 321, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 287-55 que institui o Dia da Saúde Dentária.

Relator: Sr. Benedito Valladares.

O presente projeto, oriundo de Mensagem do Executivo, que visa a instituir o "Dia da Saúde Dentária", teve parecer favorável desta Comissão.

Indo a plenário, o nobre Senador João Villasboas apresentou emenda substitutiva do parágrafo único do art. 1.º. Essa emenda transfere para o dia 25 de agosto as solenidades que deviam realizar-se em 25 de outubro e muda a entidade de classe incumbida do patrocínio das comemorações.

Com relação à transferência do dia, achamos que não foi feliz a emenda, pois 25 de agosto é o dia dedicado ao Patrono do Exército, Duque de Caxias, cujos festejos devem ser todos em sua honra.

Quanto à mudança da atribuição de patrocinar as comemorações para outra entidade de classe, tendo o projeto sido elaborado pelo Ministério da Saúde Pública, deveria ser ouvido esse Ministério. Deixamos, porém, de requerer sua audiência, porque a esta Comissão compete apenas opinar sobre a legalidade e a constitucionalidade da emenda.

Em conclusão, a emenda, embora constitucional, deve ser rejeitada pela sua inconveniência, visto como o dia 25 de agosto já consta, por lei, do calendário de nossas comemorações cívicas, como o "Dia do Soldado".

Sala das Comissões, em 3 de julho de 1955. — Cunha Mello, Presidente. — Benedito Valladares, Relator. — Daniel Krieger. — Gilberto Marinho. — Moura Andrade. — Argemiro Figueiredo. — Lima Guimarães.

N.º 322, de 1957

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre a emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 267, de 1955.

Relator: Sr. Ezequias da Rocha.

Volta à Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo, que institui o Dia da Saúde Dentária, cujas comemorações serão realizadas a 25 de outubro de cada ano.

Sobre a matéria já nos manifestamos favoravelmente.

Ao figurar, porém, na Ordem do Dia para discussão e votação, foi o Projeto emendado pelo nobre Senador João Villasboas, propondo que as comemorações do Dia da Saúde Dentária fossem realizadas anualmente a 25 de agosto, sob o patrocínio da Federação Nacional dos Odontologistas, com a colaboração da União Odontológica Brasileira, contrariamente ao que dispunha o Projeto, que determinava ficassem as comemorações "a cargo das entidades dentárias e sob a orientação da União Odontológica Brasileira".

Apreciada pela Comissão de Justiça, foi a emenda rejeitada por inconveniente, visto como o dia 25 de agosto já é destinado pelo calendário de nossas comemorações cívicas, à celebração em todo o território nacional do "Dia do Soldado".

Ao ser encaminhado novamente a esta Comissão, ficou deliberado que sobre a emenda supra mencionada fosse ouvido o Ministério da Saúde.

Pelo Aviso n.º 174, de 29 de abril próximo passado, chegou-nos a resposta ministerial à consulta desta Comissão.

O Ministério da Saúde é de parecer que, tanto a União Odontológica Brasileira como a Federação Nacional de Odontologistas, não obstante, colimarem objetivos diferentes, por se constituírem entidades representativas de classe, situam-se no mesmo plano hierárquico, podendo desta forma ser-lhes igualmente atribuída a tarefa de colaborarem nas comemorações do Dia da Saúde Dentária.

Em consequência, julga o Ministério de bom alvitre, com o qual estamos de pleno acordo, que, para conciliar os interesses em jogo, já que as reivindicações de ambas as entidades visam de igual forma às altas finalidades públicas em prol da campanha de higiene dentária, que as comemorações sejam levadas a efeito com a colaboração das duas referidas sociedades.

Julgando que esta é a solução mais acertada, propomos que a emenda de plenário, do ilustre Senador João Villasboas, seja apresentada uma subemenda, em que não só se atenda a uma solução conciliatória; que o caso reclama, como objetivo estabelecer que as comemorações devam ser patrocinadas pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, órgão que, pelo Decreto 10.012, de 17-3-42, compete "formar na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com os problemas de saúde".

Nestas condições, apresentamos a subemenda à emenda, n.º 1.

"Substitua-se o parágrafo único do art. 1.º do projeto pelo seguinte:

"Parágrafo único: As comemorações serão realizadas a 25 de outubro de cada ano, em todo o território nacional, sob o patrocínio do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, com a colaboração da União Odontológica Brasileira e da Federação Nacional dos Odontologistas".

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1957. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Ezequias da Rocha*, Relator. — *Gilberto Marinho* — *Mourão Vieira* — *Nelson Fermo* — *Reginaldo Fernandes* — *Mem de Sá*.

#### EMENDA A QUE SE REFEREM OS PARECERES ACIMA

##### EMENDA N.º 1

Art. 1.º parágrafo único — redija-se da seguinte forma:

As comemorações serão realizadas a 25 de agosto de cada ano, em todo o território nacional, sob o patrocínio da Federação Nacional dos Odontologistas, com a colaboração da União Odontológica Brasileira.

##### Justificação

Esta atribuição está compreendida entre as prerrogativas que a Consolidação das Leis do Trabalho determina às entidades sindicais existindo portanto já uma Federação órgão sindical superior e de base nacional, técnico consultivo do Governo e representante oficial da classe único reconhecido pelo Ministério do Trabalho, que já vem demonstrando sua atuação na defesa da classe que representa, não somente no setor sindical, como em todos onde tem sido necessário agir em benefício dos interesses dos cirurgiões dentistas, conseguindo a apresentação de projetos no Congresso e encaminhando outros e defendendo no Ministério do Trabalho os interesses ligados a odontologia bem como nos demais Ministérios, não deve ser dado a outro órgão esta atribuição mesmo porque está incluída entre as prerrogativas que lhe atribui a Consolidação das Leis do Trabalho e já reiterado na Portaria n.º 29 de 23 de setembro do Ministério do Trabalho, que veda a outras associações exercerem atividades atribuídas às entidades sindicais. Não deve o Governo conceder a entidade não oficial estas comemorações quando já existe um oficial e que vem trabalhando pelo prestígio e defesa dos cirurgiões dentistas, mesmo porque está o atual Governo empenhado em prestigiar e desenvolver o sindicalismo brasileiro. Isto posto sugerimos esta emenda que sem ferir as prerrogativas das entidades sindicais permite sejam delegadas atribuições a outra associação odontológica que poderá colaborar eficientemente nas comemorações desta data de interesse geral — para a classe odontológica brasileira.

Sala das Sessões, em 15-5-1956. — *João Villasbôas*.

#### Pareceres ns. 323 e 324, de 1957

N.º 323, de 1957

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 6-1957, que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.

Relator: Sr. Sylvio Curvo.

A lei n.º 1.889 de 13 de junho de 1953 disciplinou o ensino do Serviço Social e criou o diploma de Assistente Social.

O projeto n.º 6-57, oriundo da Câmara, regula o exercício dessa profissão. Da leitura dos pareceres das Comissões de Justiça, de Legislação Social e de Educação e Cultura da-

quela Casa do Congresso, concluímos que o projeto inicial, de autoria do deputado Lauro Cruz, foi esboçado dos inconvenientes e imprecisões ali apontados.

O Serviço Social tem adquirido uma importância cada vez maior no conjunto de providências que o Estado e a iniciativa particular vão tomando para prevenir e remediar alguns dos males da sociedade. De simples atividade vocacional, para a qual não se exigia mais do que o espírito de caridade, o Serviço Social, pela complexidade dos problemas que teria de enfrentar, foi enriquecendo-se de uma experiência tamanha que, hoje, constitui também uma técnica baseada sobre uma série de conhecimentos especializados. E' por isso mesmo é que somos favoráveis a que seja regulamentada a função de Assistente Social, apesar do inconveniente que, em casos semelhantes, a regulamentação traz, por vezes, de estoriar as vocações espontâneas. Mas se o Serviço Social é uma profissão, para cujo exercício o indivíduo precisa habilitar-se, impõe-se a sua regulamentação.

Parece-nos, portanto, que o projeto deve ser aprovado pelo Senado, tal como veio da Câmara.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1957. — *Neves da Rocha*, Presidente. — *Sylvio Curvo*, Relator. — *Fausto Cabral*. — *João Arruda*.

N.º 324, de 1957

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1957.

Relator: Sr. Gilberto Marinho

O projeto de lei, ora em exame nesta Comissão, tem por objetivo regulamentar o exercício da profissão de Assistente Social.

Já a Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953 dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

Foi essa lei, posteriormente, regulamentada pelo Decreto n.º 35.311, de 2 de abril de 1954.

A proposição em tela estabelece, inicialmente, a indispensável liberdade do exercício da profissão de Assistente Social, em todo o território nacional, restringindo, em seguida, a faculdade de exercê-la a três categorias de pessoas: a) os possuidores de diploma expedido por escolas brasileiras de Serviço Social oficiais ou reconhecidas; b) os diplomados por institutos estrangeiros em Serviço Social, cujos diplomas tenham sido revalidados de acordo com as exigências da legislação vigente no Brasil; c) os agentes sociais, de conformidade com o que dispõe o artigo 14 e seu parágrafo da Lei n.º 1.889, acima referida.

Dispõe ainda o projeto sobre as atribuições dos Assistentes Sociais, a saber: direção de escolas de Serviço Social, ensino de disciplinas do currículo escolar, compreendidas na Lei n.º 1.889; direção e execução do Serviço Social em estabelecimentos públicos e particulares; aplicação dos métodos e técnicas específicos do Serviço Social tendentes à solução dos problemas sociais.

Como se vê, as faculdades outorgadas aos Assistentes Sociais para que possam exercer proficientemente a sua importante e nobre função, sobretudo nos dias que correm, asseverados de angustiantes problemas sociais, harmonizam-se perfeitamente com a orientação metodológica compatível com o nível superior do ensino por eles cursados em três séries, de duração de um ano cada uma e com o estudo das disciplinas realizado para a sua formação teórica e prática.

Os diplomados pelos cursos de Assistente Social, que, hoje, no Brasil, já somam perto de 30 mil, não se constituem elementos qualifica-

dos e categorizados neste Serviço Assistencial, visto que recebem formação técnica que os habilita oficialmente à execução e direção do Serviço Social, necessitam ter sua profissão disciplinada em lei, para que melhor possam contribuir para a formação de um ambiente que proporcione a atuação adequada dos problemas sociais. O Projeto está bem elaborado e portanto, em condições de merecer a aprovação desta Comissão.

Julgamos, apenas, que ao art. 6.º do projeto se substitua as expressões evidentemente inadequadas e gramaticalmente incorretas: "se praticará" por: "aplicar-se-á". E' o que propomos através da seguinte emenda de redação:

##### EMENDA N.º 1-C

Ao art. 6.º onde se diz: "... se aplicará..." diga-se: "aplicar-se-á..."

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1957 — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Gilberto Marinho*, Relator. — *Mourão Vieira* — *Ezequias da Rocha* — *Reginaldo Fernandes* — *Nelson Fermo* — *Mem de Sá*.

#### Pareceres ns. 325 e 326 de 1957

N.º 325, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1957, que revoga o § 4.º do art. 260 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Relator: Sr. Gilberto Marinho.

O projeto, visando ao fortalecimento da unidade sindical, dentro da sistemática do nosso direito social, objetiva a inclusão nos Sindicatos dos Estivadores do pessoal a eles estranho, encarregado das operações de estiva de mercadorias, tanto nas embarcações principais, como nas auxiliares.

Contra a proposição, cujo mérito é de competência específica da Comissão de Legislação Social nada pode ser arguido do ponto de vista constitucional.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1957. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Gilberto Marinho*, Relator. — *Lima Guimarães*. — *Ruy Carneiro*. — *Gaspar Velloso*. — *Benedicto Valadares*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Daniel Krieger*. — *Atílio Vivacqua*.

N.º 326, de 1957

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1957.

Relator: Sr. Fausto Cabral

De autoria do ilustre Senador Lourival Fontes, o Projeto em exame, revoga o parágrafo 4.º do art. 260, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943).

Diz o citado parágrafo n.º:

"Todas as operações de estiva de mercadorias, tanto nas embarcações principais, como nas auxiliares, de qualquer tonelagem, que na data do Decreto-lei n.º 2.032, de 23 de fevereiro de 1940, eram executadas por pessoal estranho ao Sindicato de Estivadores, continuarão a ser feitas livremente."

A redação do Decreto-lei acima citado foi revigorada em 1944, pelo Decreto-lei n.º 6.353, de 20 de março.

A finalidade do parágrafo é excluir as pessoas que executam tais serviços das disposições contidas no Título III, Capítulo I, Seção VIII da Consolidação, inclusive da regra genérica de remuneração do serviço de estiva prevista no artigo 270 por meio de taxas estabelecidas na base de toneladas de mercadorias e apro-

vados, para cada porto, pela Comissão de Marinha Mercante.

Como bem salienta o seu autor, a exceção não mais se justifica, em face da evolução do sindicalismo brasileiro que precisa ser ainda mais fortalecido.

O enquadramento desse pessoal avulso nos Sindicatos, parece uma providência acertada, deferindo a execução dos serviços de estiva exclusivamente às entidades estivadoras.

Assim, perfeitamente justificado o Projeto do nobre Senador Lourival Fontes, a Comissão de Legislação Social opina pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1957. — *Neves da Rocha*, Presidente. — *Fausto Cabral*, Relator. — *João Arruda* — *Sylvio Curvo*. — *Ruy Carneiro*.

#### Parecer n. 327, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 237, de 1956, que cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Itaipaba, no Estado do Ceará subordinado ao Ministério da Agricultura.

(Relator: Sr. Ruy Carneiro)

A requerimento do nobre Senador Fernandes Távora, o projeto em causa volta a essa Comissão, para que se pronuncie sobre "erros de redação" e faça "as necessárias correções" na proposição.

Reexaminando a proposição, este órgão técnico nada encontra nela, no tocante às suas atribuições regimentais, que permita sugerir as correções de que trata o requerimento em apreço.

Opinamos, assim, por que a matéria deve voltar à consideração do Plenário, o qual, se assim o entender, ouvirá o órgão regimentalmente competente, no caso a Comissão de Redação.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1957. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Ruy Carneiro*, Relator. — *Lima Guimarães*. — *Atílio Vivacqua*. — *Loureiro Prestes*. — *Gilberto Marinho*. — *Lourival Fontes*. — *Gaspar Velloso*. — *Rui Palmeira*. — *Argemiro de Figueiredo*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, primeiro orador inscrito.

#### O SR. NOVAES FILHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente. Motivo de saúde impediu-me associar-me pessoalmente ao jubileu do povo de Caruaru pelo transcurso do primeiro centenário dessa bela e próspera cidade do agreste pernambucano.

Pernambuco inteiro, por todas as suas forças políticas, econômicas e sociais, une-se ao povo de Caruaru na alegria em que o meu Estado festeja a data centenária da sua segunda cidade em população, espírito de adiantamento e vigor econômico.

Em cem anos de vida, Caruaru pôde e soube realizar um progresso imenso. Com serviço de água, energia e luz de Paulo Afonso, com rodovia de cimento ligando-a ao Recife, é, pelo seu delicioso clima, muito procurada por famílias da Capital e do litoral do Estado para veraneio. E' sede do bispado, ocupando a sua mitra D. Paulo Hipólito e possui ótimos educandários.

Tem bom comércio, e a sua feira é conhecida como das maiores e mais abundantes do nordeste.

Na vida pública do meu Estado, Caruaru sempre atuou através de líderes de comprovada popularidade, como João Guilherme de Pontes e

Manoel Pôrto, ambos Senadores estaduais na primeira República.

Hoje representa-se na Assembleia do Estado pelos operosos e competentes parlamentares mineiros Pontes Vieira, Tabosa de Almeida, Cicero de Souza e Manoel de Souza, e na Câmara Federal, pelo brilhante Deputado José Pontes Vieira. O saudoso Pedro de Souza, propulsor da sua indústria, amador de suas melhores iniciativas, Prefeito e Deputado Federal, foi líder autêntico e insubstituível pelo cavalheirismo e senso patriótico. Ressalto ainda o antigo Deputado e Engenheiro ferroviário Germano de Pontes, o político José Victor e o saudoso médico Silva Filho.

Também distingue-se Caruaru pelo amor as letras e vocação intelectual sempre comprovada. Na Academia de Letras tem dois eminentes filhos, Austregesilo de Almeida e Alvaro Lima. Com destacada posição na vida da inteligência no Rio de Janeiro figuram os irmãos Condé — Elísio, João e José. O ensaísta Limeira Tejo é também oriundo de Caruaru, de uma das suas tradicionais famílias.

Ao romancista Mario Sette, que legou produções literárias tão belamente vinculadas à vida histórica de Pernambuco, deve Caruaru páginas de exaltação e enternecimento.

Apresenta-se, assim, Caruaru na grande data do seu primeiro centenário — 18 de maio — com foros de terra privilegiada, pelo que fez e pelo muito que fará, prestigiando Pernambuco e engrandecendo o Brasil.

Meu coração volta-se para a grande cidade do meu Pernambuco distante, e o meu pensamento também. Caruaru em todos os pleitos tem sido muito generoso para comigo. Todos os seus líderes, sem distinções partidárias, honram-me com sua amizade, e o sempre lembrado Deputado Pedro de Souza foi um companheiro dedicado e leal que me distinguiu, sem vacilações, com a sua permanente solidariedade política. Os Deputados Cicero de Souza e Ednaldo de Souza continuam hoje sua ação política voltada para os interesses de Caruaru e para as legítimas aspirações da sua gente ativa, laboriosa e boa.

O Sr. Nelson Firmo — Na homenagem que ora presta a Caruaru, tem V. Ex.<sup>a</sup> todo o meu aplauso.

O SR. NOVAES FILHO — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

(Lendo):  
Rendo, da tribuna do Senado, as homenagens do meu aprego e da minha amizade à cidade de Caruaru, e à sua nobre população, na pessoa do digno Prefeito Sizenando Guilherme de Azevedo. — (Muito bem! Muito bem!).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.  
Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

**O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.  
Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito.

#### O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, não seria preciso mais acentuarmos aqui as dificuldades com que lutam os homens que trabalham no campo. V. Ex.<sup>a</sup>, mais do que ninguém, conhece as agruras dessa atividade. Quando viajamos por aí, nas caminhadas a que os deveres da política

nos levam, estando e auscultando os problemas que afligem ou preocupam o povo, nada nos impressiona mais do que a luta do homem lavrando a terra, sobretudo, aqueles que lavram utilizando ainda aqueles processos rudimentares e primários que tão árdua e penosa torna a atividade do lavrador.

Se, porém, não pudermos dar aos lavradores aquela assistência que seria de desejar; se não pudermos dispor, nos nossos orçamentos, — como ainda parece estamos fazendo no projeto de orçamento em elaboração, e, de certo, na lei que aqui elaboraremos, — de verbas amplas com que amparar, estimular a lavra, ao menos que se faça o que estamos fazendo, no sentido de enfrentar ou de encarar um dos aspectos das agruras com que lutam e que sofrem os lavradores. É o aspecto dos riscos que eles correm nas suas lavouras, sujeitas a toda sorte de percalços e intempéries, que comumente sacrificam as safras e empobrecem o homem da lavoura.

Refiro-me, Sr. Presidente, às providências que vêm do governo passado, ainda do emérito Presidente Getúlio Vargas, com a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrário, e registro, com especial agrado, os conceitos emitidos pelo nobre Deputado Nestor Pereira, representante do Rio Grande do Sul, respeito, sobretudo, à orientação daquela companhia, hoje sob a direção de um unço catarinense, Dr. Rafael Cruz Lima, que está dando o melhor de sua capacidade de trabalho para o desenvolvimento dessa companhia.

Ligado às atividades agropecuárias do extremo-sul do país, conhecendo as dificuldades com que lutam os homens do interior para atenuar os efeitos das geadas, das secas, das pragas e das doenças que se abatem, amide, nas suas lavouras e nos seus rebanhos, delineou o futuro do seguro agrícola como instrumento eficiente de progressos da agricultura, de tranquilidade do trabalho no campo, de confiança no resultado das safras.

E ao assinalar a criação, em 1954, da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, sociedade de economia mista em que o Tesouro Nacional é o maior acionista e da qual participam entidades bancárias, seguradoras, resseguradoras e autárquicas, cumpre acentuar que, já há muitos anos, os homens da lavoura e da criação do nosso país viviam reclamando a instituição do seguro agrário, porque a riqueza nacional não podia continuar entregue à sua própria sorte, exposta aos mais variados danos e prejuízos, precisando a economia agropecuária poder operar em bases mais estáveis e mais racionais, com uma proteção efetiva para o trabalho e o capital empregado.

Operando com seis modalidades de seguro — de bovinos, de trigo, da videira, do algodão herbáceo, do café e do arroz — e se preparando para iniciar o seguro da pequena lavoura de culturas múltiplas, essa companhia apresentou, ao findar o exercício de 1956, um movimento que evidencia se haver encerrado, praticamente, a fase de experiência com o seguro agrícola no Brasil, e que já agora o problema consiste em ampliar as áreas de operação e dar maior profundidade ao trabalho de angariação de seguros.

Em relação ao seguro de bovinos, as apólices emitidas cobriam 2.436 animais e um capital de quase 57 milhões de cruzeiros, tendo-se obtido de prêmios a receita de 4 milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, evidentemente este número de animais segurados é insuficiente em face da população bovina do país; mas havemos de considerar que o seguro ainda não se ampliou até abranger os grandes rebanhos nacionais. Ele está, por enquanto, limi-

tado aos animais de raça, aos animais selecionados, cujos proprietários buscam o seguro, para cobrir os riscos a que eles possam estar sujeitos.

As indenizações pagas, em consequência de sinistros, quase alcançaram um milhão e 300 mil cruzeiros, restando a pagar indenizações no montante de 669 mil cruzeiros. Essa modalidade de seguro experimentou, no ano passado, grande estímulo, por força de acordo firmado entre a Companhia Nacional de Seguro Agrícola e o Ministério da Agricultura, segundo o que os bovinos revendidos pelo Ministério passaram a ser segurados pela Companhia.

E aqui identifico, de algum modo, o que disse ainda há pouco sobre o seguro de animais de raça, pois que, sem dúvida, o Ministério da Agricultura contribuiu na maior parte para o montante do seguro neste setor.

Quanto ao seguro agrário do trigo, cobre ele uma área de 18 mil hectares e capitais da ordem de 65 milhões de cruzeiros, especialmente no Rio Grande do Sul, onde a sua aceitação tem excedido às perspectivas mais otimistas. Os prêmios auferidos nessa modalidade de seguro ascenderam, em 1956, a 2 e meio milhões de cruzeiros, tendo sido pagas indenizações no montante de 414 mil cruzeiros, restando a pagar sinistros num total de 233 mil cruzeiros.

No que respeita ao seguro agrário do café, cuja penetração vem sendo dificultada por uma série de fatores, verificou-se em 1956 a tomada de apólices para a cobertura de quase 2 milhões de cafeeiros, com um capital segurado da ordem de 28 milhões de cruzeiros. Os prêmios obtidos somaram 2 milhões de cruzeiros, tendo sido pagas indenizações no montante de 49 mil cruzeiros.

O seguro agrário da videira tem tido grande aceitação, sobretudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No exercício findo, foram emitidas 857 apólices, segurando 703 mil videiras e um capital superior a 96 milhões de cruzeiros. O total das indenizações pagas acercou-se de 2 milhões de cruzeiros, para uma receita de prêmios inferior a 4 e meio milhões. As indenizações a pagar, no fim do ano, somavam 704 mil cruzeiros.

Enquanto isso, o seguro agrário do arroz apresentava uma área coberta de 9.243 hectares, notadamente no Triângulo Mineiro, estando segurados capitais da ordem de 27 milhões de cruzeiros. Os prêmios auferidos totalizaram um milhão e 157 mil cruzeiros, tendo sido pagas indenizações no total de 75 mil cruzeiros. O seguro agrário do algodão herbáceo, que se iniciou praticamente no fim de 1956, circunscrito às Sucursais de Belo Horizonte e de Uberaba da CNSA, ofereceu movimento pequeno, cujo registro se torna dispensável, mas que, evidentemente tende a desenvolver-se.

As atividades da Companhia Nacional de Seguro Agrícola não se confinam ao campo específico dos seguros. A lei que a criou atribui à empresa função ainda mais importante, qual seja a de propiciar elementos de vivificação da agricultura brasileira, através da aplicação de parte de seu capital em financiamento às atividades ligadas ao desenvolvimento agropecuário do país. Nessas condições, a atual administração da Companhia operou financeiramente para importação de inseticidas destinados à revenda aos agricultores, propiciou a venda a agricultores de maquinaria importada e a entrada de máquinas destinadas à abertura de estradas, para melhor escoamento da produção agrícola, avivando os demais tipos de operação de sua carteira de inversões.

Coube ainda à atual administração da CNSA, no exercício passado, firmar contratos com o Banco do

Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, segundo os quais passaram as apólices do seguro agrícola a servir de instrumento hábil para efeito da concessão de financiamentos agropecuários, pelos referidos estabelecimentos.

A simples assimilação desses fatos, colhidos ao acaso, dão uma idéia, embora ligeira, da ampliação que está experimentando essa Companhia, nos últimos tempos, dentro de uma orientação que a credencia ao aprego público e, especialmente, à gratidão dos lavradores e pecuaristas do país.

Estas, Sr. Presidente, as informações sobre a atividade de uma organização pública, até agora insuficientemente conhecida.

Fundada há pouco mais de dois anos não pôde ainda atingir aquele desenvolvimento, que seria necessário para atender às exigências da nossa vida agropecuária, e não poderá alcançá-lo, é certo, na medida do que precisamos, porque desta modalidade de seguro não se esperam grandes vantagens financeiras. A prova é que não temos nela, operando, entidades particulares. O capital particular não se arrisca a esse empreendimento.

Eis por que sob esse aspecto a atividade pública, ainda havemos de reconhecer que só o Estado, com os deveres que lhe incumbem, de assistir à coletividade nacional, só o Estado, numa intervenção tantas vezes mal-sinada, poderá fazer, como, aliás, vem fazendo, alguma coisa pelo lavrador e criador.

Esse movimento, porém, só poderá ser realizado, com maior amplitude, se bem compreendemos a significação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, provendo-a dos recursos de que precisa para ampliar seus serviços em prol dos interesses dos lavradores e agricultores do País. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.  
Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, quarto orador inscrito. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Tem a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg, quinto orador inscrito.

#### O SR. CARLOS LINDBERBERG:

Sr. Presidente: Os jornais de ontem e notadamente o *Correio da Manhã*, noticiaram que nestes dias, o Sr. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, receberá um memorial assinado por mais de 15 mil alunos dos colégios situados nos subúrbios da Central e da Leopoldina, que lhe será entregue por uma delegação de estudantes que promovem uma campanha contra o sensacionalismo na imprensa, notadamente no noticiário policial.

Focalizam os estudantes vários ângulos do problema que agitam, fazendo ver que "a função educativa da imprensa está sendo desvirtuada pelas manchetes exageradas sobre crimes e suicídios, de cuja leitura só pode resultar uma influência nociva, a formação moral e intelectual da juventude".

Dizem mais: "As bancas de jornais transformam-se diariamente em vitrine de degradação moral, mostruário de perversões humanas, palco dos dramas íntimos, ávidos dos suicídios espetaculares, transformando em personagens de tragédia coletiva pobres vítimas desconhecidas". Terminam apelando para os mentores de nossa imprensa, no sentido de que se evite o sensacionalismo, que tantos males tem causado à juventude brasileira.

Ora, Sr. Presidente, a preocupação desses meninos, desses acadêmicos, nesta hora que passa, deve convocar nossa atenção porque é, sem dúvida, um exemplo e uma lição.



Não há como negar que eles agitam um dos mais sérios problemas da atualidade brasileira, que podemos considerar como problema social.

Quem observa e acompanha os noticiários e fotografias sensacionalistas divulgando com requintes de minúcias que chegam, não raro, às raíais do sadismo, crimes, perversões, suicídios, desavenças conjugais, verifica que logo em seguida, outros em idênticas condições se repetem, levando o observador forçosamente à conclusão lógica de que espíritos iracundos, ou sofreram a influência da divulgação ou aprenderam a fórmula que lhes faltava para expandir suas qualidades inferiores. Muitos querem se tornar por algum modo notados. Outros desejam ver seu nome nos cabeçalhos dos jornais. O fato é que certa espécie de crimes realmente chocantes, suicídios, esquisitos ou perversões inconcebíveis, por indivíduos normais, aparecem como ondas, em seqüências uns aos outros.

Acredito que todos nós, tenhamos observado o fato, que é inegável.

Em tempos passados, campanhas se faziam, para evitar tais publicações, sem resultado porém.

Agora são as moças, quase meninos, que nos dão exemplo com suas preocupações. Na sua idade, idade do fogueto, da despreocupação de tudo além das lídies diárias, é, certamente, para nos dar o que pensar a iniciativa que tiveram. É admiravelmente surpreendente que os nossos meninos, por que isto partiu deles, tenham se impressionado com os fatos de tal maneira que tivessem providenciado, a um de tentar pôr cõbro a tais divulgações.

E se chegaram, tão jovens que são, a essas conclusões, é porque o problema os impressionou profundamente. Deram-nos o exemplo de seus cuidados pelo porvir da mocidade que se forma.

Deram-nos a lição da iniciativa, que devia ser dos mais amadurecidos na vida. O fato do fracasso de outras campanhas, não justifica o desânimo desse tipo não receber bem iniciativas ou o silêncio. O fato da imprensa, dessa natureza, também, não é suficiente, para que os homens que têm responsabilidade na vida do país, abandonem o problema.

Agora é a mocidade que encabeça o movimento, movimento que merece, a meu ver, apoio irrestrito de todas as classes sociais, de todos os políticos, de todos os responsáveis pela administração do País, de todas as religiões, de todas as organizações culturais, enfim, de todos os homens que querem o bem da Pátria.

Sabemos que o sensacionalismo aumenta a venda dos jornais, e, justamente por isso é que ele é feito. Mas, convenhamos, que é o benefício de alguns, com o mal de muitos, o que precisa ser evitado. É incontestável o poder da imprensa. Sua influência na opinião pública raras vezes não é decisiva para o bem ou para o mal.

Quanto fatos inverídicos tomam cunho de verdadeiros pela propaganda, por publicações repetidas pela imprensa, cujos responsáveis nem sempre podem prescrever tudo quanto no seu jornal se publica.

Quanto homens de bem são lançados ao pelourinho como desonestos, incapazes ou traficantes? Por outro lado, quanto indivíduos sem qualidades, são transformados em heróis, em homens de bem, porque tem um amigo jornalista?

Quanto políticos, principalmente, são levados à amargura, por uma inimizade pessoal ou por um ato decente que desagradou a alguém?

Negar a força da propaganda, sua capacidade de construir ou de destruir, seus meios de penetração, seria o mesmo que negar a claridade do dia ou a existência do Sol. Negar a maldicância humana as boas qualidades de uma, a boa fé de outros, a perversidade de alguns, o prazer sa-

dico de poucos, o comodismo, a displicência, o desejo de servir ou de desagradar, de outros quantos, seria negar a existência da própria humanidade.

Falo, em princípio, de modo geral, pelo mundo inteiro.

Porque o que se passa no Brasil, vai quantas vezes, manchetes que não representam a verdade dos fatos, intranquilizando todo o País como temos verificado nos momentos que passamos?

É verdade que muitas vezes são lançados de boa fé, mas, pelo menos apressadamente, apanhados em bocetos sem fundamento, aos quais não se poderia dar crédito sem a necessária verificação, antes de sua divulgação pela imprensa. Entra, aí, também, a competição. Cada um quer dar o "furo"; quer ser o mais informado, quer ser o mais noticioso.

Sou, Senhores, pela imprensa livre. Não admitiria qualquer restrição à liberdade da imprensa. Mas, entendo para o verdadeiro jornalista, para o que para o jornalista que se preza, jornalismo construtivo e independente, é preciso que haja maior responsabilidade. Que cada um que escreve tenha realmente responsabilidade pelos seus atos, dando aos jornais e aos jornalistas muito mais autoridade e os acreditando muito mais perante a opinião pública.

Sei que esta minha opinião não agrada a alguns. E, porém, sincera e leal, de quem está acostumado a assumir plena responsabilidade de todos os seus atos. É o que as palavras dizem, e não o que elas poderiam dizer. Não cabe interpretações, não pode ser desvirtuada. E de quem já sofreu na própria alma os efeitos da irresponsabilidade de indivíduos acastelados no anonimato e apaniguados por descontentes, que não tiveram satisfeitos os seus apetites.

É de quem se constituiu vítima tantas e tantas vezes, de indivíduos, que dispondo de uma coluna de jornal pela bondade de amigos, dela fizeram arma para realização de seus propósitos pouco confessáveis.

O ódio, a amizade, a incompreensão, os desejos insatisfeitos, a intriga, a calúnia, o desvirtuamento dos fatos, a tolerância, a boa fé, a intolerância e tantos outros fatores, levam, sem dúvida, os homens por caminhos vários, que conduzem ao bem ou ao mal, conforme os propósitos dos condutores da idéia.

Dando-se responsabilidade efetiva aos verdadeiros construtores da opinião pública, homens de senso e de critério, de cultura e de inteligência, perspicazes e eficientes na sua nobre profissão, ao mesmo tempo informativa, educativa e cultural, teremos insensivelmente separado o joio do trigo, que há em todos os setores de atividade, e então a nossa imprensa estará cumprindo a sua patriótica missão, com inteira autoridade e as maiores credenciais para ajudar a promover o bem público e o progresso e a grandeza da Nação brasileira.

Felizmente a grande maioria dos órgãos de nossa imprensa segue o bom caminho, procurando orientar a opinião pública com isenção e acerto. A essa imprensa, a esses jornalistas, não posso deixar de prestar meu inteiro apoio, minha solidariedade e minha homenagem porque, em verdade, eles trabalham pela Pátria e para a Pátria.

Que o apelo dos nossos colegas e acadêmicos seja apoiado por todos nós, seja aceito e posto em prática pelos orientadores da imprensa, são os nossos votos, porque, assim, todos reunidos, prestaremos uma homenagem justa à mocidade brasileira e um relevantíssimo serviço ao nosso País. Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem, Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador

Ezechias da Rocha, terceiro orador inscrito.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, a esta hora, no dia de ontem, estava chegando ao Nordeste alvigeira mensagem. A solenidade a que assisti no Palácio do Catete foi um acontecimento histórico do mais alto sentido nacional. Ao serem assinados os contratos de financiamento e construção da barragem Três Marias, o Governo iniciou uma obra cíclica, destinada a produzir profundas transformações na vida do Nordeste e na economia do país.

Verdadeiro mar interior, cinco ou seis vezes maior que a Baía de Guanabara, a regularização do São Francisco será uma das suas mais importantes consequências, cujos benéficos resultados mal podemos avaliar. Controladas as enchentes, estarão as populações ribeirinhas ao abrigo das inundações, com o seu cortejo de devastações e sofrimentos, tragédia que se repete periodicamente. Desaparecerão também as acumulações das águas marginais, não raro prejudiciais à saúde do povo. Além disso, torna-se a grande artéria fluvial navegável por todo o ano, numa extensão de mil e trezentos quilômetros, desde Minas Gerais às Alagoas. Por tão importante estrada líquida se escoarão os produtos de grande parte do Nordeste, em condições as mais vantajosas, dada a modicidade e facilidade do transporte fluvial. Mas não é só. Além de outras realizações, a grande barragem possibilitará a duplicação da capacidade da Paulo Afonso o que irá proporcionar aquelas regiões o potencial elétrico suficiente à sua industrialização e ao aproveitamento das suas matérias primas.

Como se vê, a barragem de Três Marias constitui cometimento da mais alta relevância, capaz de, por si só, credenciar o Governo à estima e ao reconhecimento da Nação.

Sr. Presidente, quero, também, como um dever de justiça, ressaltar a eficiência da Comissão do Vale do São Francisco que, em menos de um ano, não só preparou os estudos técnicos para essa arrojada empresa, como tomou todas as medidas necessárias ao início e prosseguimento dos trabalhos. Assim, acha-se em fase de conclusão a estrada de cem quilômetros de extensão, que liga a cidade de Corinto, no sul do Estado de Minas Gerais ao local das obras, onde estão sendo construídas as residências para os empreiteiros e trabalhadores. Aquela cidade mineira as máquinas e materiais chegam por via férrea, e daí são transportadas para Três Marias pela rodovia, por uma frota de caminhões já adquirida pela Comissão e pronta a entrar em atividade.

Para assegurar condições de atividade aos trabalhadores, o Superintendente já entrou em entendimento com o Departamento de Endemias Rurais que, por sua vez, tomou medidas convenientes.

Tudo isso evidencia que as determinações do Senhor Presidente da República, empenhado em acelerar a construção da barragem, foram cumpridas no devido tempo pela Comissão do Vale do São Francisco, à frente da qual se encontra o Eng. Assis Scaffa, a cuja capacidade, operosidade e espírito realizador rendo minhas homenagens.

O Sr. Nelson Firmo — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Nelson Firmo — Ultimada essa obra, realmente monumental, não terei dúvidas em bater palmas ao Sr. Presidente da República.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Acredito que V. Ex.<sup>a</sup> baterá essas palmas dentro de dois anos, há de bater essas palmas.

Estão por, de parabéns os nobres destinos, que vêm, assim, tomar cor-

po o seu velho sonho da redenção. O grande rio, que foi no passado um dos fatores preponderantes da unidade social e política, na formação da nacionalidade, será, dentro em breve, inesgotável fonte de prosperidade, riqueza e bem estar de milhões de brasileiros que, a despeito de toda adversidade, têm sabido cumprir sua missão na obra do engrandecimento nacional.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, foi o dia de ontem de justificadas alegrias para os homens do São Francisco, que, integrados nos seus destinos, irão agora realizar a tarefa que lhes compete: a valorização do imenso vale, cujo progresso virá a ser, estou certo, um motivo de orgulho para a Nação.

Congratulo-me com o Sr. Presidente da República pelo notável acontecimento, ao mesmo passo que exalto a coragem e determinação com que se dispôs S. Ex.<sup>a</sup> a vencer todas as dificuldades, a fim de realizar tão grandioso empreendimento, da maior importância e significação para o futuro do Nordeste e do Brasil.

Sr. Presidente, não deve passar, ainda, sem um registro, nesta Casa, a data de ontem, no tocante à sua significação nos fastos da vida das Américas. Foi um dia de festas no seio da irmandade continental. Quero por isso, dirigir calorosa saudação ao ativo, bravo e nobre povo paraguaio, pelo transcurso do aniversário da independência da florescente Nação mediterrânea, conquistada há 146 anos. São meus votos que, no seio da família americana, continue a gloriosa Nação irmã cada vez mais vinculada aos sentimentos de paz e solidariedade humana que animam o Brasil e os povos do Novo Mundo. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos.

São lidos e apoiados os seguintes

Requerimento n. 165, de 1957

Nos termos do artigo 127, letra "d", do Regimento Interno, requiro a designação de uma Comissão de quatro Senadores para visitar, em nome do Senado, o Sr. Dr. João Goulart, Presidente desta Casa, que se acha hospitalizado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1957. — Filinto Müller. — Ruy Carneiro.

Requerimento n. 166, de 1957

Nos termos do artigo 127, letra "e", do Regimento Interno, requiro a constituição de uma Comissão de quatro membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. Assis Chateaubriand, que se acha hospitalizado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1957. — Filinto Müller.

Requerimento n. 167, de 1957

Nos termos do artigo 127, letra "e", do Regimento Interno, requiro a constituição de uma Comissão de quatro membros, para visitar o Senhor Senador Benedito Valadares, que se acha enfermo.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1957. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos ora apoiados serão apreciados depois da Ordem do Dia.

Mais um requerimento foi encaminhado à Mesa.

E' lido e aprovado o seguinte

## Requerimento n. 168, de 1957

### Dispensa de interstício

Nos termos do artigo 123, letra "a", do Regimento Interno, requero dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1956, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1957. — Filinto Müller.

### O SR. PRESIDENTE:

O Projeto de Lei da Câmara número 287, de 1956, figurará na Ordem do Dia da próxima sessão. Passa-se à

### ORDEM DO DIA

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 354, de 1950, que abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, como contribuição do Brasil ao esforço de guerra das Nações Unidas para a defesa da República da Coreia, tendo pareceres — (números 243 a 247, de 1957) — das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e de Relações Exteriores e de Finanças, contrários.*

### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado.

E o seguinte o projeto rejeitado, que vai ao Arquivo:

## PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 354, de 1950

*Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 50.000.000,00 como contribuição do Brasil ao esforço de guerra das Nações Unidas, para a defesa da República da Coreia.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) que será empregado em compras, no Brasil, de materiais e mercadorias para atender aos compromissos assumidos perante as Nações Unidas e a título de auxílio ao esforço de guerra da referida Organização para a defesa da República da Coreia contra a agressão de que foi vítima.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 20 de dezembro de 1950.

### O SR. PRESIDENTE:

A Diretoria do Expediente fará a devida comunicação à Câmara aos Deputados.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 405, de 1956, que concede isenção de impostos e taxas alfandegárias para um órgão duplo, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tendo pareceres favoráveis (números 217 e 218, de 1957) das Comissões: de Economia; e de Finanças.*

### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

## PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 405, de 1956

(N.º 8-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

*Concede isenção de impostos e taxas alfandegárias para um órgão duplo, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos e taxas alfandegárias, exclusiva a de previdência social, para um órgão duplo, com duas consolas e sete teclados, originário da Itália, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, embarcado no navio "Lloyd America", cuja licença de importação, sob o número 53-5631-232888, foi concedido em 9 de março de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 65, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90, destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea, tendo parecer favorável, sob n.º 271, de 1957, da Comissão de Finanças.*

### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

## PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 65, de 1957

(N.º 89-B-1955, na Câmara dos Deputados)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90, destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e vinte e um cruzeiros e noventa centavos) destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea, realizado no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da ordem do dia. — Passa-se à votação dos requerimentos lidos na hora do expediente.

Em votação o Requerimento n.º 165, de 1957, de autoria dos Srs. Senadores Filinto Müller e Ruy Carneiro, de designação de uma Comissão de qua-

tro membros para visitar o Sr. João Goulart, que se acha hospitalizado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Designo a seguinte comissão: Senadores Filinto Müller, Cunha Mello, Argemiro de Figueiredo e Costa Paranhos.

Em votação o Requerimento número 166, de 1957, do nobre Senador Filinto Müller, para constituição de uma Comissão de quatro membros a fim de visitar o Sr. Assis Chateaubriand, que se acha enfermo.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Designo, para integrarem a Comissão, os nobres Senadores João Velloso, Mourão Vieira, Argemiro de Figueiredo e Kerginaldo Cavalcanti.

Em votação o Requerimento n.º 167, de 1957, do nobre Senador Filinto Müller, no sentido de constituir-se uma Comissão de quatro membros para visitar o Sr. Benedito Valadares, que se acha hospitalizado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Designo para a comissão os nobres Senadores Francisco Gallotti, Gomes de Oliveira, Argemiro de Figueiredo e Ezechias da Rocha.

Dou a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro, primeiro orador inscrito para depois da Ordem do Dia.

### O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente, ocupo a tribuna não para elogiar um ato do Chefe da Nação, mas para apreciar, embora ligeiramente, a escolha, por S. Ex.ª, do General Amaury Kruei, para Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Neste momento, em que tantas perturbações agitam a Nação, sobretudo em face da crise econômica por que atravessa o País, a Capital da República, é, por consequência, o campo de maiores choques.

O povo está inquieto, insatisfeito; daí a conveniência de S. Ex.ª fazer a escolha de homens experimentados, equilibrados e enérgicos para ocupar postos da relevância do que está sendo exercido por aquele ilustre militar.

Sr. Presidente, chefiava a Polícia Civil do Distrito Federal o General Batista Teixeira, velho amigo meu, homem de bem, honrado, que desempenhou a árdua tarefa a contento da população e com os aplausos de todos nós; entretanto — segundo estou informado — razões de saúde privaram o Governo da cooperação daquele "luz e auxílio". Foi, então, escolhido o General Amaury Kruei, a quem conheço desde capitão.

O Sr. Nelson Fermo — Permite V. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Nelson Fermo — Estou informado de que se trata, realmente, de um bom soldado e os bons soldados rareiam, neste momento. Espero que S. Ex.ª atue com serenidade e espírito de justiça.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito agradeço o aparte do nobre Senador Nelson Fermo, representante do Partido Social Democrático de Pernambuco.

Realmente, o General Amaury Kruei é um bom soldado e, acima de ser um bom soldado, é homem de bom senso, enérgico, refletido, ponderado e forte.

Estou convencido, porém, de que o General Amaury Kruei, no posto tão difícil que lhe foi confiado, necessita, sobretudo, da ajuda do Poder Executivo, dando-lhe elementos indispensáveis, que são os recursos financeiros, para vencer todas as dificuldades na

manutenção da ordem e na defesa da Sociedade carioca.

Certa vez, quando o General Lima Câmara, atual Ministro do Supremo Tribunal Militar, meu velho amigo, que me honra com sua intimidade, deixou a Chefatura de Polícia, correndo comigo a respeito da tarefa árdua que é dirigir o Departamento Federal de Segurança Pública, declarou-me: "Não há Chefe de Polícia que possa desempenhar bem suas funções se não for aparelhado dos recursos indispensáveis, pois, no momento não se guarda a Capital da República somente com guardas-civis, como antigamente; tornou-se absolutamente necessário a aquisição de grande quantidade de rádio-patrulhas e outros elementos modernos, a fim de atender não só o centro da cidade e os seus bairros mas também todo o Distrito Federal".

Na realidade, Sr. Presidente, esta é a voz de um homem experimentado que acabava de servir ao Governo do Marechal Eurico Dutra naquele importante setor.

Eis as razões pelas quais digo que o Governo, com o apoio do Congresso, deve dar todo o auxílio possível e prover a Polícia de recursos indispensáveis ao desempenho de seus múltiplos problemas de segurança pública. Só assim, poderá o General Amaury Kruei bem desempenhar sua árdua e difícil tarefa.

Na minha opinião, Sr. Presidente, os cargos mais penosos na administração pública do Rio de Janeiro, são os de Chefe de Polícia, de Prefeito do Distrito Federal, e de Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. E' observação que venho fazendo há muitos anos.

Acompanhando a administração do Distrito Federal e de todo o País, bem senti as dificuldades desses dirigentes, sobretudo do que está à frente do Departamento Federal de Segurança Pública por ter de se defrontar com transgressores da lei, defender a sociedade e fazer uma polícia preventiva em vez de repressiva, evitando, se bem aparelhada, providências que porventura proporcionem reparos dos seus atos.

O Sr. Nelson Fermo — E atendei aos políticos, do contrário não pode ser bem.

O SR. RUI CARNEIRO — Confio em que o General Amaury Kruei corresponderá plenamente à confiança do Presidente da República e da população carioca.

Sr. Presidente, sabemos, porque todos os dias vemos nos jornais, no rádio e nas crônicas policiais, que existem crimes hediondos, não, porém, no serião da Paraíba, Mato Grosso, Piauí, Goiás...

O Sr. Nelson Fermo — Nem em Pernambuco.

O SR. RUI CARNEIRO — ... ou Alagoas. Na Capital Federal onde existem milhares de escolas, que é podemos dizer, a cabeça pensante da Nação, é onde se praticam os maiores crimes, porque o Departamento Federal de Segurança Pública não se encontra suficientemente aparelhado para a defesa da sociedade. Impõe-se, inclusive, maiores recursos para a Polícia Técnica, encarregada de desvendiar os crimes, a fim de que, seus autores por vezes, não zombem da ação policial.

O SR. RUI CARNEIRO — Sr. Presidente, embora lamentando a ausência na Chefatura de Polícia do meu velho e querido amigo General Felisberto Batista Teixeira, que foi ótimo Chefe de Polícia e que já ocupou o cargo de Delegado de Ordem Política e Social, em administrações anteriores, com brandura, energia, honradez, dignidade e patriotismo, embora lamentando o seu afastamento, julgo que o Presidente Juscelino Kubitschek foi feliz ao substituir esse grande militar, colocando no seu lugar o General Amaury Kruei.

O Sr. João Villasboas — V. Exa. não julga que S. Exa. seria mais feiz se iniciasse uma nova fase, entregando o cargo a civil, retirando das mãos dos militares?

O SR. RUI CARNEIRO — Essa questão é do Presidente da República, não minha.

O Sr. João Villasboas — Estou apenas pedindo uma opinião de V. Exa.

O SR. RUI CARNEIRO — Na minha opinião, julgo que foi muito bem escolhido o General Amaury Kruehl — e apelo para os militares que têm assento nesta Casa, dando seu testemunho se na realidade os conceitos que aqui estou emitindo sobre aquele nobre militar são ou não verdadeiros.

O Sr. Onofre Gomes — Realmente o General Amaury Kruehl é um grande soldado e um grande cidadão.

O Sr. João Villasboas — Não oponho qualquer restrição ao valor moral e a capacidade do General Amaury Kruehl. Julgo, apenas, que já devíamos estar na fase de interromper esse período de retirar o militar de sua profissão normal para a vida civil.

O SR. RUI CARNEIRO — V. Exa. pensa bem: mas no momento o Presidente Juscelino Kubitschek agiu aceriadamente na feliz escolha que fez.

O Sr. Nelson Fermo — Há chefes de polícia vivis e violentíssimos.

O SR. RUI CARNEIRO — Quero acentuar mais uma vez que o Presidente da República foi bem inspirado na escolha do novo Chefe de Polícia. Não é somente preocupação de possíveis agitações no Brasil, especialmente na Capital da República, mas unicamente pelo zelo e cuidado que tem S. Exa. de confiar a direção de tão difícil setor a um homem com as qualidades do atual Chefe de Polícia. Devemos atentar para agitações sociais decorrentes da crise econômica que nos assombra, o que é uma realidade. Mesmo assim, os inimigos da situação apregoam constantemente que o Brasil marcha aceleradamente para o abismo. Aliás, embora seja um fato, há muitos anos que se apregoa a derrocada do nosso país. Ontem mesmo tive a oportunidade de ler um número do *Correio Paulistano*, se não me falha a memória, de 1875, em que o jornalista escrevia que o Brasil estava à beira do abismo.

O Sr. João Villasboas — Há cem anos o Brasil está à beira do abismo, e ainda não caiu.

O SR. RUI CARNEIRO — E não cairá no Governo Juscelino Kubitschek — pode V. Exa. ficar tranquilo.

O Sr. João Villasboas — Então não cairá em nenhum governo.

O SR. RUI CARNEIRO — Pode ficar tranquilo que, no atual, não se verificará. O Presidente da República está preocupado com os problemas vitais do País — reaparelhamento de portos e estradas de rodagem, reaparelhamento de estradas de ferro, construção de estradas de rodagem, produção; enfim, todos os problemas que digam respeito aos interesses do povo. Agradeço, entretanto, o aparte do nobre Senador João Villasboas.

O Sr. Filinto Muller — Sua Excelência não está somente preocupado com os problemas do País, mas enfrentando-os.

O SR. RUI CARNEIRO — Exatamente.

Dentro de um ano, tenho a certeza, veremos o nobre colega Senador João Villasboas e seus honrados companheiros de bancada batendo palmas ao Sr. Juscelino Kubitschek pelas suas realizações.

O Sr. João Villasboas — Meu patriotismo ficará altamente satisfeito, se tiver oportunidade, de assinar.

O SR. RUI CARNEIRO — Estou tranquilo quanto a isto. Verei, repito, V. Exa. e seus correligionários aplaudir o Sr. Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, quero fazer aqui também um registro. Lamento não tenha ficado o Delegado da Ordem Política e Social, o Coronel Luna Pedrosa, que se conduzia tão bem e serviu a dois Chefes de Polícia. Digo-o sinceramente, apesar de minhas palavras serem suspeitas porque S. Exa. é, como eu, paraibano. Mas confiança não se impõe.

Há poucos minutos, dizia o nobre Senador João Villasboas que o Sr. Presidente deveria escolher um civil para o lugar. No momento, creio, o Sr. Presidente da República pensou apenas no General Amaury Kruehl, e pensou bem por se tratar de um militar com espírito civil.

O Sr. Nelson Fermo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUI CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Fermo — Tivemos, em Pernambuco, um civil como Chefe de Polícia — o Sr. Etelvino Lins. Foi o mais violento que tivemos à frente daquele Departamento. Por ordem sua, fui preso três vezes, e só era ouvido por S. Exa. às três horas da madrugada. Era, entretanto, um civil porém mau, violento. Só não me desrespeitou porque não é homem para isto, mas violentou a minha liberdade durante três meses.

O SR. RUI CARNEIRO — Faço do Sr. Ministro Etelvino Lins, conceito diferente.

O Sr. Nelson Fermo — V. Exa. não viveu no meu Estado.

O SR. RUI CARNEIRO — Realmente, sou paraibano. Faço, como disse, conceito diferente; acredito que S. Exa. tenha obedecido a circunstâncias especiais.

O Sr. Nelson Fermo — Estou apenas situando o homem como autoridade violenta; não faço restrições à sua honradez, à sua honestidade.

O Sr. Novais Filho — Naquele tempo, além de muito jovem, o Ministro Etelvino Lins servia num regime de exceção, e não podemos perder de vista essa condição quando, hoje, sua atuação é sempre de serenidade e elevação patriótica.

O Sr. Nelson Fermo — Como chefe de família, o Sr. Etelvino Lins é dos mais exemplares.

O SR. RUI CARNEIRO — Neste sentido é dos mais inatacáveis.

Sr. Presidente, teço apenas, ligeiras considerações para salientar o acerto do ato do Chefe da Nação.

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUI CARNEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Filinto Muller — V. Exa. fez referências elogiosas ao Coronel Luna Pedrosa. Já tive oportunidade de me manifestar aqui em aparte ao nobre Senador Mem de Sá sobre o General Batista Teixeira, que deixou o cargo...

O SR. RUI CARNEIRO — Foi uma pena.

O Sr. Filinto Muller — ... e sobre o General Amaury Kruehl. Desejo agora subscrever as referências que V. Exa. fez ao Coronel Luna Pedrosa, que teve desempenho muito digno nas funções que exercia. Para tranquilidade nossa, informo ao nobre colega que S. Exa. foi substituído pelo Coronel Danilo Luz, um dos mais brilhantes oficiais do Exército que tem o curso de Estado Maior, militar sereno, equilibrado, homem de grande valor moral e intelectual. Assim é que, embora lamentando a saída do Coronel Luna Pedrosa, sinto-me satisfeito, porque o substituído de S. Exa. está à altura da função que foi chamado a desempenhar.

O SR. RUI CARNEIRO — Obrigado a V. Exa.

Realmente, Sr. Presidente, ia eu concluindo a minha apreciação a respeito do Coronel Luna Pedrosa, que não foi reconduzido à Delegacia de Ordem Política e Social, quando meu eminente amigo e nobre Senador Nelson Fermo me honrou com o seu aparte, desviando-me do curso

de minhas considerações sobre o Delegado de Ordem Política e Social, ora substituído pelo Coronel Danilo Luz.

Como estou fazendo um improviso...

O Sr. Nelson Fermo — Brilhante improviso.

O SR. RUI CARNEIRO — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, depois do oportuno aparte do nobre Senador Filinto Muller, grande líder, grande condutor, nesta Casa...

O Sr. Nelson Fermo — Super-Líder.

O SR. RUI CARNEIRO — ... quero agora concluir as minhas palavras em torno das lamentações que estava fazendo por não ter continuado o Coronel Luna Pedrosa naquele posto. Conduziu-se tão bem quando sob as ordens do General Magessi, digno e ilustre Chefe de Polícia, que foi conservado na função pelo meu querido amigo General Batista Teixeira.

Foi, portanto, uma grande honra para a Paraíba e merecida distinção para aquele digno militar contrariar o Governo conservado durante duas gestões naquele cargo, que desempenhou com tanta eficiência e ponderação.

Lamento, pois, a saída daquele ilustre paraibano da Delegacia de Ordem Política e Social; mas, pelo depoimento do Senador Filinto Muller, foi S. Sa. substituído por um oficial à altura do seu valor.

Sr. Presidente, quero concluir minhas considerações congratulando-me com o Sr. Juscelino Kubitschek pelo acerto do seu ato e conclamar o Senado e a Câmara dos Deputados a que ajudem o Poder Executivo, dando recursos ao Departamento Federal de Segurança Pública, pois sem eles não há Chefe de Polícia que possa corresponder às exigências do serviço, na defesa da segurança e tranquilidade da população acolhedora desta bela e grande cidade. (Muito bem. Muito bem). (Palmas).

#### O SR. JÚLIO LEITE:

Sr. Presidente, lerei, para que conste dos Anais, o documento que me foi enviado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais:

"Rio de Janeiro, 13 de maio de 1957.

Da Presidente da A.P.A.S.R.J. Ao Exmo. Sr. Senador Federal Dr. Júlio Leite

Os Assistentes Sociais do Brasil têm o seu dia — 15 de maio — data da promulgação da *Resolução Novarum*, Encíclica de S. S. o Papa Leão XIII.

Os Assistentes Sociais, do mundo inteiro, vêm desenvolvendo árduo trabalho e normas técnicas, visando o bem comum, e a solução dos problemas causados dos desajustamentos individuais, grupais e comunitários.

A Associação Brasileira de Assistentes Sociais — Diretorias Nacional e Regional — e a Associação Profissional de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro conjugando esforços, têm procurado através da imprensa falada e escrita divulgar o objetivo desta nobre profissão, que é a recuperação social pela valorização do homem.

Contando com a valiosa colaboração de V. Exa. neste movimento, solicitamos fosse portador nessa Assembléia da nossa Mensagem de confiança, no apoio do poder legislativo para as diversas aspirações da classe.

Aproveitamos o ensejo para apresentar protestos da mais elevada estima e consideração, subscrevemo-nos atenciosamente,

(as) Maria Amélia Leite, Presidente da A.B.A.S. Regional — Neide Lobato Santos, Presidente da A.P.A.S.R.J. — Haniel Pra-

do, Presidente Nacional da A.B.A.S." Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Proj. de Lei da Câmara n.º 287, de 1956, que cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinado ao Ministério da Agricultura (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida a requerimento do Sr. Senador Filinto Muller, na sessão anterior), tendo Pareceres Favoráveis (ns. 181 a 184, de 1957) das Comissões de: — Constituição e Justiça, — Economia, — Serviço Público Civil e de Finanças.

2 — Discussão única do Proj. de Lei da Câmara n.º 305, de 1956, que estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944 (que estende a diplomados pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo as regalias dos licenciados em educação física e dos médicos especializados em educação física e desportos), tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 253 e 254, de 1957, das Comissões de: Constituição e de Educação e Cultura.

3 — Discussão única do Proj. de Lei da Câmara n.º 351, de 1956, que modifica disposições do Decreto número 36.773, de 13 de janeiro de 1955 (Aprova o regulamento para cobrança e fiscalização do Imposto de Renda), tendo Pareceres Favoráveis (ns. 245 e 244, de 1957), das Comissões de: Economia; e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR CARLOS LINDENBERG, NA SESSÃO DE 13 DE ABRIL DE 1957, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. CARLOS LINDENBERG:

(Não foi revisito pelo orador) — Sr. Presidente, em dias do mês passado solicitei, por intermédio da Mesa desta Casa, informações ao eminente Sr. Ministro da Agricultura, referentes à assinatura de Acordos com o Estado do Espírito Santo, para o fomento agrícola.

Havendo outros colegas se interessado pela matéria, vou ler os esclarecimentos prestados pelo ilustre Ministro Mário Meneghetti. Antes, porém, agradeço a S. Exa. a presteza com que me forneceu as respostas, as quais certamente elucidarão os funcionários que trabalham através do sistema de acordos entre os Governos Federal e Estaduais.

As informações são as seguintes:

INFORMAÇÕES SOBRE O REQUERIMENTO N.º 82-57, DE AUTORIA DO NOBRE SENADOR CARLOS LINDENBERG, CONFORME O QUE FOI SOLICITADO PELO OFÍCIO N.º 165, DE 23-4-57, DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

1.º — Se o Ministério da Agricultura pretende ou não manter "Acordo de Fomento Agrícola" com o Governo do Estado do Espírito Santo.

R. O Ministério da Agricultura pretende manter o "Acordo de Fomento Agrícola" com o Govern-

no do Estado do Espírito Santo, tanto assim que já submeteu e obteve do Exmo. Sr. Presidente da República, nos termos das disposições em vigor, a aprovação da minuta para a renovação do referido convênio.

2.º — Em caso afirmativo, quais os motivos que vêm impedindo, até esta data, a assinatura de tal Acôrdo?

R. O termo do Acôrdo em questão já se encontra em condições de ser assinado, aguardando-se, apenas, a presença do representante de Estado, a cujo Governo foi expedido telegrama nesse sentido.

3.º — Se o "Acôrdo para Fomento Agrícola e Pecuário" já foi assinado, qual a data da assinatura?

R. Prejudicado, em face da informação do item anterior.

4.º — Ainda em caso afirmativo, quais os motivos que impedem seja o pessoal que trabalha por conta desse "Acôrdo", embolsado em seus vencimentos ou salários, desde dezembro último?

R. O pagamento do pessoal que trabalha por conta desse Acôrdo não foi realizado porque não havia sido ultimada a distribuição do crédito orçamentário competente, no Ministério da Fazenda e no Tribunal de Contas, o que, no entanto, acaba de verificar-se no corrente mês, e também

porque tal pagamento depende do prévio registro do termo do Acôrdo, por parte do mencionado Tribunal de Contas.

5.º — Se o "Acôrdo" referente a Fomento Agrícola, objeto deste pedido de informação e assinado ou por assinar, será dirigido pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado. Justifica este pedido de informações o fato de estarem os funcionários, que percebem vencimentos pelas verbas de "Acôrdos" isto é, "Acôrdo de Fomento da Produção Agropecuária", até este momento, sem receber seus salários, no Estado do Espírito Santo, e relativos a 1957.

R. Os serviços do Acôrdo em lide serão dirigidos e executados conforme prevê a cláusula segunda do respectivo termo, por uma Junta, assim composta: Secretário de Agricultura, Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo — presidente, um técnico da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização e um técnico da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Sr. Presidente, quando solicitei essas informações, disse que meu pedido era motivado pelo fato de estarem os funcionários do referido Acôrdo sem perceber vencimentos desde 31 de dezembro de 1956. Estamos, praticamente, na metade do ano

de 1957 e, pela resposta recebida, verifica-se que aqueles servidores continuam na mesma situação. Embora o Acôrdo já esteja lavrado e o Governo do Estado do Espírito Santo avisado de que falta apenas sua assinatura para que o mesmo seja posto em execução, pelo menos até a data do Ofício — 2 do corrente mês — a assinatura não lhe foi apostada. Por outro lado, é necessário o registro no Tribunal de Contas, que só se verificará após a assinatura por parte do Governo do Estado.

Em tais condições, Sr. Presidente, apelo, neste instante, não mais para o Sr. Ministro da Agricultura, que cumpriu seu dever, mas para o Governador do Estado do Espírito Santo, no sentido de que providencie a fim de que o referido Acôrdo seja assinado o mais depressa possível, para que os funcionários possam receber seus vencimentos atrasados. Não se compreende que servidores, geralmente com pequenos salários, passem cinco meses sem receber seus vencimentos, o que decerto prejudicará os próprios serviços de que estão incumbidos.

Evidentemente, ninguém pode, em sua consciência, trabalhar em tais condições, sem meios de prover a própria subsistência.

O Sr. Attílio Vivacqua — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARLOS LINDENBERG — Com todo o prazer.

O Sr. Attílio Vivacqua — Não sei desde quando está lavrado o Acôrdo.

Posso, porém, afirmar que tanto o Secretário da Agricultura como o relator do Acôrdo no Ministério da Agricultura estavam empenhados na assinatura do Acôrdo, cuja lavratura é recente.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Agradeço a V. Exa., entretanto, o Ofício está datado de 2 do corrente, e a informação que o acompanha declara estar o Acôrdo lavrado esperando que o Governador do Espírito Santo o mande assinar.

O Sr. Attílio Vivacqua — V. Exa. pode estar certo desse empenho. Se há retardamento na assinatura, isso deverá decorrer de qualquer demora no respectivo expediente.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Agradeço o aparte de V. Exa.

Eu, também, empenho-me apenas para que esse Acôrdo seja assinado, a fim de que os funcionários recebam seus salários. Admira-me, certamente, que, não obstante todo o nosso empenho, o Acôrdo continue sem ser assinado. Daí meu interesse, embora formando na Oposição, em apelar para o Sr. Governador, certo de que S. Exa. o atenderá, mesmo partindo desta fonte.

O Sr. Attílio Vivacqua — Fonte muito autorizada.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Muito agradecido a V. Exa. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem).